

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS

ALICE HENDLER JACOB

**Os subsistemas do marco temporal passado e a produção de sentidos: um
olhar enunciativo**

São Leopoldo

2022

ALICE HENDLER JACOB

**Os subsistemas do marco temporal passado e a produção de sentidos: um
olhar enunciativo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Letras, habilitação Português e Inglês,
pelo Curso de Letras da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vera Helena Dentee de Mello

São Leopoldo

2022

Para todos aqueles que, como eu, acreditam no poder da linguagem. E, portanto, compreendem que a língua deve ser apresentada e contemplada nas aulas de Língua Portuguesa como um sistema vivo, dinâmico e preponderante.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Vera Helena Dentee de Mello, que aceitou minha proposta, realizando o sonho de uma estudante, que desde o primeiro semestre do Curso de Letras idealizava essa caminhada de orientação. Obrigada por me orientar com todo o conhecimento, profissionalismo e doçura que te cabe.

Aos meus pais, Claudete e Valdemar, que nunca mediram esforços para que eu me tornasse quem eu sou hoje. Desde a carona que possibilitava chegar em casa uma hora mais cedo até a comida quentinha nos dias mais rigorosos de inverno pós-aula na Unisinos.

Ao meu noivo, Felipe, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando e apoiando durante toda essa trajetória. Obrigada pela compreensão que tiveste comigo nos muitos sábados à noite em que eu precisava me dedicar aos estudos, não podendo estar contigo ou te acompanhar nos encontros. Sempre foste muito paciente e amável comigo.

À minha dinda, Elenir, que se mostrou uma rede de amparo muito forte. Foi quem lutou por mim nos momentos mais difíceis de ansiedade, sempre me motivando e procurando diferentes formas de me auxiliar. Obrigada por todo o carinho e por cada uma das preces que realizaste em meu nome.

Às colegas de curso e amigas, que levo em meu coração para sempre: Luciane Bohn e Luiza Schell. Foi com vocês que eu trilhei os melhores caminhos do Curso de Letras, troquei experiências e partilhei muitos aprendizados. Obrigada por me ajudarem a construir memórias e a colecionar momentos tão lindos no espaço desta Universidade.

A todos os professores, que já passaram pela minha vida em algum momento. Desde a infância até a faculdade. Cada um de vocês moldaram uma parte de mim e é por vocês que eu mantenho esse desejo ardente de lutar por um país com uma educação mais humana, justa e igualitária.

“É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”.

(BENVENISTE, 2005, p. 286)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor uma análise dos sentidos produzidos pelo uso dos subsistemas do marco temporal pretérito (pretérito perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito e futuro do pretérito), de forma a mostrar que essas formas verbais, assim como outros recursos linguísticos, marcam a presença do locutor no discurso. O estudo ancora-se, principalmente, na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, segundo o qual toda vez que o locutor enuncia, propõe-se como sujeito (*eu*) e instaura um *tu*, buscando levá-lo a partilhar sua visão de mundo (referência), em um *aqui-agora* (espaço-tempo). Benveniste postula que, ao construir o aparelho formal da enunciação, o locutor se vale de índices específicos (dêiticos) e de procedimentos acessórios, nos quais se enquadram os tempos verbais. A análise também se apoia nas contribuições do gramático Evanildo Bechara (2001) e dos linguistas Ataliba de Castilho (2010), Luiz Carlos Travaglia (2003) e Maria Helena de Moura Neves (2018), os quais abordam os valores semântico-discursivos produzidos pelo uso de diferentes subsistemas do pretérito. Como o objeto de estudo é uma notícia publicada na *Folha de São Paulo*, recorreu-se às reflexões de Patrick Charaudeau (2019) sobre o gênero notícia. A metodologia segue o percurso apresentado por Émile Benveniste (1989): são analisados o ato de enunciação, a situação em que ocorre esse ato e os recursos linguísticos mobilizados pelo locutor. O desenvolvimento do trabalho permite concluir que, mediante o uso dos subsistemas do marco temporal passado, em uma relação de sintagmatização no texto, o locutor gera sentidos (semantização) e constrói a referência no discurso. Defendemos a tese de que o estudo de flexões verbais nas aulas de Língua Portuguesa não deve restringir-se à memorização de regras de conjugação, mas concebendo os tempos e modos verbais como marcas linguísticas que significam os textos em diferentes situações de uso.

Palavras-chave: Teoria da Enunciação; subsistemas do pretérito; forma-sentido; notícia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONCEITOS BASILARES DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE	10
2.1 (Inter)subjetividade	11
2.2 Forma e sentido.....	13
2.3 Frase: sintagmatização-semantização	15
2.4 Referência	17
2.5 A categoria de temporalidade: os planos da história e do discurso	18
3 A SEMÂNTICA DOS TEMPOS VERBAIS DO PRETÉRITO: BUSCANDO SUBSÍDIOS NA GRAMÁTICA TRADICIONAL E NA LINGUÍSTICA.....	20
4 O USO DOS SUBSISTEMAS DO MARCO TEMPORAL PASSADO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS: UMA BREVE ANÁLISE ENUNCIATIVA	26
4.1 Procedimento metodológicos	26
4.2 O gênero notícia	27
4.3 Análise enunciativa do texto <i>Cadê os Yanomami; o que se sabe sobre o caso de Roraima</i>	29
4.3.1 O ato enunciativo	31
4.3.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo	32
4.3.3 Instrumentos linguísticos – o pretérito e seus subsistemas.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa desenvolver uma análise dos sentidos produzidos pelo emprego de tempos verbais do marco temporal pretérito – pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do pretérito – à luz da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste. Para tanto, valemo-nos de algumas noções basilares da teoria benvenistiana, tais como inter(subjetividade), forma e sentido, frase: sintagmatização-semantização, referência e a categoria de temporalidade.

Conforme Benveniste, toda enunciação implica a relação entre um *eu* e um *tu*, situados em uma instância discursiva (*aqui/agora*). Ao dizer-se e dizer sobre o mundo, o locutor sempre instaura diante de si o alocutário, sobre o qual busca agir. Para o linguista francês, sempre que o falante enuncia, ele mobiliza o sistema formal da língua e constrói o aparelho formal da enunciação, em que as palavras assumem sentidos particulares, em sua relação com outras palavras. O sentido advém da sintagmatização empreendida na língua em funcionamento (língua-discurso), na qual a frase – unidade que pode ter dimensões variadas e ser compreendida como texto – é a “expressão semântica por excelência”. (BENVENISTE, 1989, p. 229).

Como forma e sentido são concebidas, na Teoria da Enunciação benvenistiana, como noções intimamente relacionadas, entendemos que, para buscar os sentidos que a sintagmatização promove no texto, devemos analisar as formas linguísticas em sua relação com outras, no discurso.

Na perspectiva da Teoria da Enunciação de Benveniste, o signo linguístico, que tem um significado genérico, converte-se em palavra na língua em funcionamento e assume um sentido particular, em sua relação com outras palavras. Pensamos que essa reflexão de Benveniste deve ser levada para as aulas de Língua Portuguesa. Quando se aborda qualquer tópico gramatical – aqui, especificamente, os tempos verbais do marco temporal passado –, é preciso ultrapassar as fronteiras da gramática normativa, contemplando a língua-discurso, mediante a qual os falantes interagem, isto é, dizem de si e do mundo, sob sua perspectiva, ao outro (*tu*) e agem sobre ele.

Além da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, principal suporte teórico deste estudo, também nos valemos das contribuições do gramático Evanildo Bechara, em *Moderna gramática portuguesa* (2001) e dos linguistas Ataliba Teixeira de Castilho, em *Nova gramática do português brasileiro* (2010); Luiz Carlos

Travaglia, em *Gramática: ensino plural* (2003); Maria Helena de Moura Neves, em *A gramática do português revelada em textos* (2018); e Patrick Charaudeau, em *Discurso das mídias* (2019). Castilho, Travaglia e Neves trazem contribuições relevantes para uma maior compreensão dos valores semânticos produzidos pelo uso dos diferentes subsistemas do pretérito; Charaudeau, em consonância com os postulados de Benveniste, desenvolve um estudo sobre o gênero notícia.

Assim, traçamos os seguintes objetivos: (i) argumentar que, numa análise linguística enunciativa, deverá ser sempre considerada a relação entre forma e sentido e (ii) mostrar que, por meio do uso de tempos verbais do pretérito, o enunciador deixa marcas de si em seu discurso e cria referência.

A questão norteadora deste estudo é a seguinte: O que os subsistemas verbais do marco temporal passado nos dizem sobre a subjetividade, a relação forma-sentido e a construção da referência numa notícia?

O trabalho é estruturado em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos esta introdução.

No segundo capítulo, abordamos os conceitos basilares da teoria benvenistiana: inter(subjetividade), forma e sentido, frase: sintagmatização-semantização e referência. Também apresentamos reflexões de Benveniste sobre a categoria de temporalidade.

No capítulo 3, discutimos, mais especificamente, os diversos sentidos produzidos pelo uso dos subsistemas do pretérito (perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito e futuro do pretérito). Para tanto, recorreremos às contribuições do gramático Evanildo Bechara (2001) e dos linguistas Ataliba Teixeira de Castilho (2010), Luiz Carlos Travaglia (2003) e Maria Helena de Moura Neves (2018).

No capítulo 4, propomos a análise dos valores semânticos dos tempos do marco temporal pretérito, com amparo na Teoria da Enunciação benvenistiana e no conceito de “fato relatado”, proposto pelo linguista Patrick Charaudeau (2019). Elegemos, especificamente, o gênero notícia, cuja característica é a aparente objetividade, pois o locutor busca velar sua presença no discurso. Visamos a mostrar, em nossa análise, que, embora a notícia não apresente dêiticos (índices específicos) que apontem para a presença do *eu* e do *tu*, os procedimentos acessórios – entre os quais os tempos verbais – marcam a subjetividade, promovem sentidos e criam referência.

O capítulo 5 é a parte do trabalho em que tecemos nossas considerações finais, a partir dos fundamentos teóricos discutidos e da análise empreendida.

Esperamos que este trabalho possa oportunizar reflexões a professores de língua materna – atuais e futuros –, a fim de que seu olhar não foque os recursos linguísticos somente como formas que devem ser classificadas, mas como partes de uma unidade significativa global (o texto), em que a interação das formas produz sentidos.

2 CONCEITOS BASILARES DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE

Émile Benveniste é considerado o grande linguista da enunciação e o principal representante do que se convencionou chamar *Teoria da Enunciação*. Segundo o pesquisador Valdir do Nascimento Flores, dizer isso não é suficiente sobre o linguista que legou à linguística um objeto – a enunciação – cuja força teórica ainda está por ser avaliada. Flores sublinha que Benveniste vai além: sua reflexão sobre a linguagem, as línguas e a língua é produto de um profundo debate a respeito dos grandes temas que cercam a natureza humana.

Neste trabalho, valemo-nos de duas de suas principais obras: *Problemas de linguística geral I e II* (PLG I e PLG II), publicadas no Brasil, pela primeira vez, em 1976 e em 1989, respectivamente. Estas obras reúnem uma compilação de artigos escritos por Benveniste, entre 1939 e 1970, que trazem nos seus estudos, em conjunto e cada um por si, uma contribuição à grande problemática da linguagem que se enuncia nos principais temas tratados: consideram-se as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e o social, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento e, também, os problemas de análise intralinguística. Dentre tantas noções relevantes sugeridas por Benveniste, julgamos pertinentes, neste trabalho, os conceitos de inter(subjetividade), forma e sentido, frase: sintagmatização-semantização, referência e a categoria de temporalidade.

É importante ressaltar que apresentamos tais conceitos em diferentes seções, mas tendo presente a ideia de que não são estanques. Segundo Flores (2013, p. 24), “em Benveniste, há uma rede de termos, conceitos e noções interdependentes uns dos outros”. Em outras palavras, pode-se dizer que há, na teoria benvenistiana, uma rede de relações conceituais em que cada elemento é constituído por uma rede e, ao mesmo tempo, faz parte dela.

Assim, a obra *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*, de Valdir Nascimento Flores, que reúne as grandes linhas dos estudos enunciativos benvenistianos será nosso guia didático das principais problematizações de Benveniste.

No próprio prefácio de *Problemas de linguística geral I*, lemos a seguinte afirmação:

[...] Os que descobrem noutros domínios a importância da linguagem verão, assim, a maneira como um linguista aborda algumas questões que são obrigados a se propor e perceberão, talvez, que a configuração da linguagem determina todos os sistemas semióticos. A esses, algumas páginas poderão parecer difíceis. Devem convencer-se de que a linguagem é, de fato, um objeto difícil e que a análise do dado linguístico se faz por árduos caminhos. Além disso, será necessário compenetrar-se desta verdade: a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre as línguas reais. (BENVENISTE, 2005, prefácio).

Nesse sentido, é a partir da compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem, em contextos reais de comunicação, que pretendemos analisar os valores semânticos dos tempos verbais do marco temporal pretérito no texto à luz da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Nessa perspectiva, estão nos holofotes os elementos que singularizam a experiência humana.

Nos próximos tópicos, explicitamos o processo de transição do domínio semiótico (língua como sistema) para o domínio semântico (língua em funcionamento), denominado pelo autor como “enunciação”, a partir da explicitação das noções benvenistianas pertinentes em nosso estudo, já referidas anteriormente.

2.1 (Inter)subjetividade

Iniciamos este tópico com a seguinte afirmação de Benveniste, no artigo *Da subjetividade na linguagem* (2005):

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. (BENVENISTE, 2005, p. 285)

O autor não aceita a definição de linguagem como instrumento, pois, segundo ele, instrumentos são produzidos ou fabricados pelo homem. Benveniste (2005) cita a picareta, a flecha e a roda como instrumentos ou ferramentas que estão fora da natureza do homem e que este fabricou. A linguagem, diferentemente desses objetos, é intrínseca ao ser humano, faz parte dele desde que nasce.

O autor acrescenta que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”. (BENVENISTE, 2005, p. 285). Essa afirmação evidencia a noção de intersubjetividade: toda vez que enunciamos, dirigimo-nos a alguém. A linguagem, além de implicar subjetividade (por ser inerente ao homem), também implica intersubjetividade.

O linguista define subjetividade com estas palavras: “é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. (BENVENISTE, 2005, p. 286). Na página anterior do mesmo artigo, menciona a palavra “homem”: “um homem falando com outro homem”. Parece-nos que o termo “homem” remete ao ser empírico ou ser do mundo que, ao enunciar-se, é um ser do discurso (locutor), que se torna sujeito ao tomar a palavra. O sujeito, portanto, são os rastros ou marcas deixadas pelo locutor na língua em funcionamento.

Segundo Benveniste (2005, p. 286), “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso”. Nesse sentido, para o autor, os termos *eu* e *tu* devem ser concebidas como formas linguísticas que indicam a “pessoa”.

O autor (2005) questiona a existência de três pessoas. Para ele, a terceira pessoa, proposta pela gramática tradicional, não constitui uma categoria de pessoa, mas de não pessoa, porque é a que(m) *eu* se refere quando se dirige ao *tu*. Existe inversibilidade entre *eu* e *tu* – isto é, *eu* vai se tornar *tu* quando o *tu* assumir o discurso. Mas “ele” está fora do discurso, fora da relação de intersubjetividade.

Dessa forma, compreendemos que *eu* e *tu* integram a noção de pessoa, de tal modo que *eu* e *tu* englobam a pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Conforme afirma Benveniste (2005, p. 250), “*eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim”. Nas palavras do autor (2005, p. 250), “*tu* é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de ‘tu’”. Logo, ambos fazem parte da categoria de pessoa e é assim que se instaura a (inter)subjetividade, uma vez que não pode existir um *eu* sem um *tu* e vice-versa.

O mesmo não ocorre com a terceira pessoa do singular ‘ele’, que integra a noção de não pessoa. Para Benveniste (2005), *ele* não participa da situação de comunicação, sendo apenas objeto desta, a pessoa de quem se fala. *Ele* pode

remeter a diferentes sujeitos a cada nova enunciação, enquanto *eu* e *tu* serão sempre sujeitos únicos.

O domínio da subjetividade diz respeito também à expressão de temporalidade. Segundo Benveniste (2005, p. 289), “a temporalidade humana, com todo o seu aparato linguístico, revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”. Sobre a categoria de temporalidade, falamos, de forma mais detalhada, em outra seção, uma vez que essa noção é fundamental em nosso trabalho.

Na próxima seção, abordamos as noções de forma e sentido, as quais segundo Benveniste, são indissociáveis, uma vez que não podem existir separadamente na língua em funcionamento. A forma implica o sentido e o sentido advém da forma.

2.2 Forma e sentido

A relação entre forma e sentido é abordada em três dos artigos de Benveniste: *Os níveis da análise linguística* (2005), *A forma e o sentido na linguagem* (1989) e *Semiologia da língua* (1989). Nesta seção, contemplamos as noções de forma e sentido, apresentadas nesses artigos.

No artigo *Os níveis da análise linguística* (2005), Benveniste destaca a indissociabilidade entre forma e sentido:

Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos constituinte e integrante. (BENVENISTE, 2005, p. 135)

Benveniste (2005) deixa claro que as noções de forma e sentido estão implicadas uma na outra, isto é, toda forma linguística produz sentido(s) e todo sentido advém do uso de uma forma linguística, atualizada no discurso.

O autor delimita os elementos através das relações que os unem, a partir de duas operações da análise linguística: a segmentação e a substituição. A segmentação permite que o texto seja segmentado e decomposto até chegar aos elementos que não permitem mais a decomposição; a substituição, por sua vez, é a operação necessária para que se possa realizar a identificação desses elementos.

É importante destacar que o método de distribuição concebe uma relação sintagmática, em que os elementos se encontram na mesma porção do enunciado, compartilhando das mesmas particularidades, e uma relação paradigmática, relação em que os elementos estão em níveis diferentes e podem ser mutuamente substituíveis.

Benveniste define a forma de uma unidade linguística como “a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior”. (BENVENISTE, 2005, p. 135), enquanto “o sentido de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior”. (BENVENISTE, 2005, p. 136). É a partir disso, que o autor define o sentido como sendo a principal condição da análise linguística para se obter *status* linguístico.

No artigo *A forma e o sentido na linguagem* (1989), Benveniste afirma que forma e sentido são “noções gêmeas” (BENVENISTE, 1989, p. 221), o que põe em relevo a íntima relação entre as duas noções. Neste artigo, o autor ainda define sentido como “conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores”, e forma como “a matéria dos elementos linguísticos” ou “arranjo formal destes elementos”. (BENVENISTE, 1989, p. 222). Nessa definição, compreendemos que o autor se refere à sintagmatização (arranjo formal), da qual advém a semantização (sentido).

Essa ideia é ratificada no mesmo artigo, quando Benveniste explica que o sentido “se realiza na e por uma forma específica, a do sintagma” e que “se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”. (BENVENISTE, 1989, p. 230). Parece-nos claro que, na concepção do linguista, o sentido é produzido pela forma, que implica sempre interação entre palavras, jamais tomadas isoladamente. Benveniste sublinha que o sentido “só encontra forma num agenciamento sintagmático”. (BENVENISTE, 1989, p. 230), acrescentando que somente a partir da ação de uma palavra sobre a outra se promovem sentidos.

No artigo *Semiologia da Língua* (1989), Benveniste questiona: Que lugar a língua ocupa entre os sistemas de signos? E responde: “[...] os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. A língua será então o interpretante da sociedade.” (BENVENISTE, 1989, p. 55). Em outras palavras, para Benveniste, é a língua que torna possível a vida em sociedade

e, assim, ela é o interpretante tanto dos sistemas linguísticos quanto dos sistemas não linguísticos.

Segundo o autor, “a língua é a organização semiótica por excelência.” (BENVENISTE, 1989, p. 63). A partir dessa afirmação, ele retoma os domínios semiótico e semântico, abordados em *A forma e o sentido na linguagem* (1989): “a língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo semiótico por um lado, e modo semântico, por outro”. (BENVENISTE, 1989, p. 64). O modo semiótico diz respeito ao mundo do signo linguístico (genérico, conceitual), ao passo que o modo semântico constitui o discurso, que deve ser compreendido.

O linguista sustenta que o discurso nunca é um simples conjunto de unidades que devem ser identificadas uma a uma para se obter o sentido: é “o sentido, ‘o intencionado’, concebido globalmente, que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS”. (BENVENISTE, 1989, p. 65, grifos do autor). O domínio semântico (o da língua em funcionamento) é constituído de frases, que comportam sentido e referência. É o mundo da enunciação.

Na próxima seção, explicitaremos o conceito de frase. Relacionadas a esse conceito, discorreremos sobre as noções de sintagmatização e de semantização, pois estão ligadas à frase, uma vez que é por meio de frases que os falantes da língua produzem sentidos.

2.3 Frase: sintagmatização-semantização

Primeiramente, é preciso esclarecer que a noção de frase, em Benveniste, não tem a ver com a definição de frase (ou período) na gramática tradicional, nem com o conceito de sentença da linguística formal. Frase, para o autor, não é uma estrutura sintática que encerra num ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação ou reticências.

No artigo *Os níveis da análise linguística* (2005), Benveniste apresenta duas noções de frase: primeiramente, percebemos que a frase possui um sentido de natureza formal, de modo que não é integrante, é o nível superior da análise e caracteriza-se pela predicação. Segundo Flores (2013, p. 134), “é a distinção entre relações distribucionais (que têm unidades constituintes) e relações integrativas (que têm unidades integrantes) que permite essa primeira definição de frase”.

Já no plano do discurso, nas palavras de Benveniste,

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. (BENVENISTE, 2005, p. 139)

É deste último sentido que partiremos nesta seção: a frase como sendo o próprio discurso (campo da semântica). Para Benveniste, “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem”. (BENVENISTE, 2005, p. 140). Em outras palavras, podemos dizer que é na língua em uso que a frase é concebida pelo autor.

Nas palavras do autor, “a frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso”. (BENVENISTE, 2005, p. 139). É a partir da relação de frase às suas respectivas modalidades: assertivas (declarar), interrogativas (interrogar/questionar) e imperativas (ordenar/pedir) que Benveniste corrobora a definição de frase como uma unidade atuante na comunicação viva.

De acordo com o linguista, estas três modalidades refletem a ação do locutor sobre o interlocutor, de forma que se destaca a relação de frase com a intersubjetividade: “essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor”. (BENVENISTE, 2005, p. 139).

No artigo *A forma e o sentido na linguagem* (1989), Benveniste distingue signo linguístico e frase, afirmando que o signo pertence ao domínio semiótico (forma) e a frase ao domínio semântico (sentido). “O sentido da frase é a ideia que ela exprime” (BENVENISTE, 1989, p. 230) e é produzido a partir da relação que se estabelece entre as palavras.

Benveniste também apresenta a frase como sendo um acontecimento evanescente (“que desaparece”) isto é, “uma frase participa sempre do ‘aqui e agora’”. (BENVENISTE, 1989, p. 231). Entendemos que, nessa afirmação, o autor se refere ao presente linguístico, que coincide com o momento da enunciação: a enunciação ocorre em determinado lapso espaço-temporal e, depois disso, só poderá ser resgatada (nunca totalmente) pelo enunciado (produto da enunciação).

É importante ressaltar que, além de sentido, a frase também possui referência, remetendo a determinada situação do discurso. Essa noção será apresentada e discutida na próxima seção.

2.4 Referência

No artigo *A forma e o sentido na linguagem* (1989), Benveniste destaca:

Se o “sentido” da frase é a ideia que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. Na maior parte dos casos, a situação é condição única, cujo conhecimento nada pode suprir. (BENVENISTE, 1989, p. 231).

De acordo com Benveniste (1989), a frase possui sempre uma referência particular. Diferentemente do sentido, que está relacionado à ideia que a frase exprime, a referência faz parte de uma instância discursiva única, que ocorre somente no momento da enunciação. Nas palavras de Benveniste, no artigo *O aparelho formal da enunciação*, “a referência é parte integrante da enunciação”. (BENVENISTE, 1989, p.84).

O locutor, ao falar de si, na interação com o alocutário, irá referenciar o seu próprio mundo. Na tentativa de transmitir ao alocutário a sua ideia, o locutor acaba por compartilhar com este sua visão de mundo e espera que o alocutário partilhe desse mesmo mundo.

A importância da referência para a enunciação resulta do fato de que não basta saber o significado de palavras tomadas isoladamente. Para que o interlocutor compreenda o sentido produzido pela organização sintagmática dessas palavras, ele precisa levar em conta a referência, ligada ao *aqui-agora*. A seguinte citação de Benveniste evidencia a imprescindibilidade da referência:

Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial. (BENVENISTE, 1989, p. 231)

Dessa forma, fica evidente que é na e pela enunciação que o “mundo” do locutor passa a existir, mundo este sempre singular e coconstruído na relação intersubjetiva. Essa relação intersubjetiva é sempre situada no aqui-agora, de modo que também são importantes os conceitos de espaço e tempo. Conforme mencionado anteriormente, a noção de temporalidade será apresentada na próxima seção, tendo em vista que é de extrema importância para o nosso trabalho.

2.5 A categoria de temporalidade: os planos da história e do discurso

No artigo *Da subjetividade na linguagem* (2005), Benveniste ressalta que o domínio da subjetividade é vasto e abarca também a expressão da temporalidade. De acordo com o autor, “seja qual for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização linguística da noção de tempo”. (BENVENISTE, 2005, p. 289).

Para o autor (2005), a temporalidade acontece na e pela enunciação, pois, sempre que enunciamos, estamos fazendo uma referência temporal ao presente (tempo axial). No artigo *A linguagem e a experiência humana* (1989) afirma: “Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical de “presente” (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona”. (BENVENISTE, 1989, p. 74-75).

O tempo presente é, pois, o tempo em que se fala, isto é, o “agora” ou tempo linguístico (momento da enunciação). É a partir do eixo do presente que o locutor estabelece uma retrospectiva (volta ao passado) ou uma prospecção (projeção futura).

No artigo *As relações de tempo no verbo francês* (2005), o autor estabelece que a complexidade dos tempos verbais compõe dois sistemas básicos de enunciação: a enunciação histórica e a enunciação de discurso. Esses sistemas são diferentes e ao mesmo tempo integram um ao outro.

A enunciação histórica corresponde à narrativa dos acontecimentos passados e é específica da língua escrita. De acordo com Benveniste, os fatos: “desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica, estão caracterizados como passados”. (BENVENISTE, 2005, p. 262).

As marcas formais que compõem esse tipo de enunciação serão sempre a 3ª pessoa, do *e/le*. Na narrativa histórica, o narrador não marca sua presença de forma explícita, por meio de dêiticos: para Benveniste, “Trata-se da apresentação dos fatos

sobrevindos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor da narrativa”. (BENVENISTE, 2005, p. 262). Ou seja, no plano da história, temos representado o tempo de um acontecimento, como se o locutor não estivesse presente: “Ninguém fala aqui; os acontecimentos **parecem narrar-se a si mesmos.**” (BENVENISTE, 2005, p. 267, grifos nossos). Assim, na enunciação histórica, os tempos são o passado simples ou passado definido (Benveniste refere-se a “aoristo”, que é o pretérito perfeito na língua portuguesa), o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito e o que o autor vai chamar de “prospectivo”, ou seja, o futuro do pretérito.

A enunciação de discurso corresponde não somente à língua escrita, mas também à língua falada. Nesse plano, o locutor intervém (reproduzindo, indiretamente, as palavras de outro enunciador ou julgando os acontecimentos).

É importante mencionar que não se pode associar o plano da história com a língua escrita e o plano do discurso com a língua falada, pois:

a) embora o plano do discurso abarque todos os tempos verbais, três são fundamentais a esse plano: o presente, o futuro e o pretérito perfeito;

b) a 3ª pessoa (*ele*) é diferente no plano do discurso e no plano da história, apresentando valores diferentes em ambos os planos. No plano do discurso, essa 3ª pessoa, o *ele*, faz parte da categoria de não pessoa, ou seja, existe uma pessoa *eu*, que se dirige a um *tu* e está falando de um *ele* (não pessoa). Já no plano da história, os fatos são apresentados como se o *eu* não interviesse; trata-se, porém, de uma aparente objetividade.

Benveniste (2005) chama a atenção para o fato de que se pode passar do sistema temporal da enunciação histórica para a do discurso instantaneamente. Na notícia, cuja análise é desenvolvida no capítulo 4, observa-se essa transposição.

No próximo capítulo, discutimos os valores semânticos dos subsistemas do marco temporal passado, apoiados na gramática tradicional e na linguística. Os estudos dos autores consultados, os quais contemplam o sentido desses tempos verbais, constituem subsídios para a análise.

3 A SEMÂNTICA DOS TEMPOS VERBAIS DO PRETÉRITO: BUSCANDO SUBSÍDIOS NA GRAMÁTICA TRADICIONAL E NA LINGUÍSTICA

Neste capítulo, temos como objetivo apresentar, sucintamente, contribuições de: Evanildo Bechara (2001), Luiz Carlos Travaglia (2003), Maria Helena de Moura Neves (2018) e Ataliba Teixeira de Castilho (2010) para o estudo dos valores semânticos dos subsistemas do pretérito (pretérito perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito e o futuro do pretérito).

De acordo com Bechara, em *Moderna gramática portuguesa* (2001), o pretérito perfeito corresponde a uma ação do passado dentro de um espaço de tempo determinado, ou seja, é possível perceber que essa ação iniciou e terminou no passado. Por exemplo: *Eu li Benveniste durante a manhã de ontem*¹. Diferentemente, o pretérito imperfeito, para o autor, retrata uma ação prolongada, isto é, que não nos permite saber quando ela iniciou, nem mesmo se foi concluída. Exemplo: *Eu lia Benveniste quando a enxaqueca me abateu*².

Segundo Bechara, “não se pode, a rigor, atribuir ao imperfeito a pura e simples significação de passado, a não ser que ele seja considerado um presente do passado”. (BECHARA, 2001, p. 277). Ou seja, para o autor, o pretérito imperfeito compõe o mais-que-perfeito e o futuro do pretérito, pois o mais-que-perfeito indica um “antes” e o futuro do pretérito um “depois” do imperfeito. O pretérito imperfeito “atua como um termo neutro do plano ‘inatural’.” (BECHARA, 2001, p. 277).

O gramático acrescenta que, além de poder ser empregado “em lugar” do seu pretérito e do seu futuro, o pretérito imperfeito pode promover, no discurso, outros valores semânticos, como no exemplo: *Queria falar contigo*³. Nesse exemplo, o pretérito imperfeito está sendo usado no lugar do presente do indicativo (*Quero*), mas, diferentemente do presente, o imperfeito confere um sentido de maior polidez ao discurso.

Bechara (2001) ainda explica que o pretérito mais-que-perfeito corresponde a uma ação anterior a outra já passada. Por exemplo: *Antes de entrar na sala de aula, ela me explicou que, por conta da enxaqueca, não lera (não havia lido/tinha lido) Benveniste*⁴.

¹ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

² Exemplo elaborado pela autora do TCC.

³ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

⁴ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

Já o futuro do pretérito, consoante Bechara (2001), descreve uma ação que ainda irá se realizar. Esse tempo verbal pode expressar, por vezes, um fato ou estado de coisas que não se concretiza no presente, por estar subordinado à satisfação de uma condição irreal ou contrafactual. Exemplo: *Ele leria Benveniste se houvesse mais um exemplar disponível na biblioteca*⁵.

O linguista Luiz Carlos Travaglia, em *Gramática: ensino plural* (2003), argumenta que abordar as formas dos verbos (flexão, identificação e denominação) não é suficiente. Conforme o autor, “É necessário dar atenção ao uso dos verbos, suas possibilidades significativas e sua adequação à produção de efeitos de sentido e às suas situações de uso”. (TRAVAGLIA, 2003, p.160).

Travaglia (2003) defende a importância de considerar o verbo nos diferentes planos da língua: fonológico, morfológico, sintático e semântico, além de mostrar seu funcionamento nos níveis lexical, frasal e textual. O autor chama a atenção para os diferentes e possíveis empregos dos tempos verbais, de forma a evidenciar os sentidos possíveis a serem produzidos por cada um deles.

O pretérito imperfeito do indicativo, de acordo com o estudioso, pode apresentar os seguintes valores: “fato passado em curso; fato passado em curso simultâneo a outro; fato habitual passado; fato em cuja realidade não se acredita; cortesia.” (TRAVAGLIA, 2003, p. 172).

O pretérito mais-que-perfeito do indicativo simples ou composto, conforme o autor, pode apresentar os seguintes valores: “fato passado anterior a outro também passado, fato acabado, anterioridade da situação que expressa em relação a outra situação qualquer, etc.” (TRAVAGLIA, 2003, p. 172).

Travaglia (2003) observa que o futuro do pretérito gera diversas possibilidades significativas, embora sempre indique posterioridade temporal. Entre essas possibilidades, o autor cita:

“a) possibilidade de ocorrência de determinado fato. Exemplo: *Se a biblioteca estivesse aberta, eu leria Jane Austen*⁶.

b) falta de comprometimento do enunciador com o que diz. Exemplo: *Na mala, haveria umas duas peças de roupa extra*⁷.

⁵ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

⁶ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

⁷ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

c) fato passado posterior a outro também passado. Exemplo: *Naquela manhã, ela ligou informando que viria ao parque⁸.*

d) cortesia. Exemplo: *Está tão frio aqui! Você se incomodaria de fechar a janela, por favor?⁹*

Sublinhamos a pertinência e a relevância, para nosso trabalho, da afirmação de Travaglia de que o ensino do verbo deve ser realizado de tal forma que ensine a pensar e não somente a “conjuguar”.

Nas reflexões de Maria Helena de Moura Neves, em *A gramática do português revelada em textos* (2018), observamos uma perspectiva enunciativa quando aborda a semântica dos tempos verbais. De acordo com a autora, os tempos verbais devem ser focalizados a partir da língua em uso, concebendo-os como uma categoria dêitica, ou seja, eles fazem parte da enunciação: a partir da situação de fala, apresentando uma relação de “eu”, “aqui” e “agora”, o enquadre enunciativo proposto por Benveniste.

De acordo com a linguista, o tempo/momento da fala ou da enunciação é sempre o “agora” de quem fala (o “eu”). Nas palavras da autora, o pretérito caracteriza-se por “indicar um evento/estado de coisas anterior ao momento da enunciação (ao “agora” de quem fala)”. (NEVES, 2018, p. 171). O marco temporal passado pode apresentar até três momentos de referência:

a) anterior ao momento de referência presente. Exemplo: *Amélia, era um sábado, dia 23 de abril de 2022, eu abandonei a cerimônia às 23 horas. Respirei o ar puro da noite, contemplei as estrelas e comprei um café. Passadas umas duas horas, retornei, antes que sentissem minha falta. Contudo, os convidados já não estavam mais no salão¹⁰.* O marco temporal passado inscrito no discurso é o dia 23 de abril de 2022, pois o locutor está contando o fato à Amélia após essa data. No momento da enunciação (presente), ele/ela já “abandonou” a cerimônia, já “respirou” o ar puro da noite, já “contemplou” as estrelas, já “comprou” um café e já “retornou” ao salão. As formas que ocorrem são tanto do pretérito perfeito (aspecto acabado), como “abandonei”, “respirei”, “contemplei”, “comprei”, “retornei”, quanto do pretérito imperfeito (aspecto não acabado), como “estavam”.

⁸ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

⁹ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

¹⁰ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

b) anterior a um momento de referência passado. Por exemplo: *Amélia estava aborrecida. Tinha perdido o seu livro favorito e já reportara à mãe o acontecido*¹¹. O momento de referência passado é o momento de aborrecimento de Amélia. A perda de seu livro favorito e o relato de tal acontecimento à mãe ocorreram antes do aborrecimento de Amélia. O pretérito mais-que-perfeito (“tinha perdido” e “reportara”) indica uma anterioridade temporal no passado.

c) simultâneo ou seguinte a um momento de referência passado, como em: *Numa tarde, Amélia sentou-se no banco da praça, abriu seu livro e sentiu uma suave brisa. A partir daquela tarde, Amélia passou a apreciar os livros e a natureza, o que a fazia sentir-se mais feliz*¹². O momento de referência passado é “numa tarde” (passado), no qual ocorrem fatos que se sucedem: Amélia “sentou-se” no banco da praça, “abriu” seu livro e “sentiu” uma suave brisa. Após esses fatos, Amélia tornou-se uma apreciadora de livros e da natureza. Como consequência deste último fato, é descrito um estado de Amélia, que se estende no marco temporal passado, por isso o uso do pretérito imperfeito (“fazia”).

Neves considera “o futuro do pretérito como um evento, um estado de coisas que é posterior de referência passado”. (NEVES, 2018, p. 175). Tomemos como exemplo: *Amélia afirmou que leria o livro*¹³. É possível perceber, pelo exemplo criado, que o momento em que Amélia “afirmou” algo é o momento de referência passado e que a leitura do livro situa-se posteriormente a esse momento passado.

A análise que Ataliba Teixeira de Castilho faz dos tempos verbais, em *Nova gramática do português brasileiro* (2010), está em consonância com a abordagem de Moura Neves quando deixa claro que “tempo é uma propriedade da predicação cuja interpretação tem de ser remetida à situação de fala”. (CASTILHO, 2010, p. 418). Para Castilho, se não tomarmos o presente do sujeito falante como parâmetro, não é possível representarmos o passado nem o futuro. Essas afirmações também vêm ao encontro dos postulados de Émile Benveniste, segundo o qual o presente representa o tempo axial, em relação ao qual o locutor faz retrospecções (passado) e prospecções (futuro).

Destacamos que Castilho cita Benveniste (1966) e Weinrich (1964/1968), os quais abordaram a categoria de temporalidade relacionada aos planos do discurso

¹¹ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

¹² Exemplo elaborado pela autora do TCC.

¹³ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

(dissertação) e da história (narração). O autor menciona as expressões “mundo comentado” e “mundo narrado”, cunhadas por Weinrich, que correspondem, respectivamente, os planos do discurso e da história. No primeiro plano da enunciação, predomina o tempo presente, eixo a partir do qual se situam a anterioridade (passado) e a posterioridade (futuro); no segundo plano, o marco temporal instalado na narrativa é comumente o pretérito perfeito, em relação ao qual pode haver concomitância (pretérito imperfeito), anterioridade (pretérito mais-que-perfeito) e posterioridade (futuro do pretérito).

Castilho (2010) argumenta que, além do tempo verbal, é relevante o “aspecto”: o aspecto perfectivo (pontual e resultativo), o aspecto imperfectivo (inceptivo e cursivo) e o aspecto iterativo (quantificação do imperfectivo e perfectivo). O tempo perfeito, utilizado na nomenclatura gramatical como pretérito perfeito, corresponde ao aspecto perfectivo, pois representa os estados de coisas consumados no passado. Já o tempo imperfeito, que expressa o aspecto imperfectivo, indica estados de coisas que tiveram maior duração ou que se repetiram no passado (iteração).

O linguista apresenta, dentro da noção de temporalidade, três situações de uso: “(1) quando o falante descreve um estado de coisas coincidente com o tempo cronológico, (2) quando ele se desloca para um espaço-tempo imaginário e (3) quando se desloca para o domínio do vago, do impreciso”. (CASTILHO, 2010, p. 432). Essas três situações correspondem, respectivamente, ao tempo real, tempo fictício e uso atemporal.

Na frase *Tomou o remédio e dormiu logo em seguida*¹⁴, temos o pretérito perfeito real, pois os fatos são anteriores ao momento da enunciação. Já no exemplo *Quería que vocês cumprissem a promessa*¹⁵, temos o emprego do pretérito imperfeito metafórico, uma vez que o espaço-tempo imaginário descrito não coincide com o tempo real. A partir do pretérito perfeito atemporal (*Se quebrou, quebrou. Pronto*)¹⁶, é possível observar a fala vaga e imprecisa do falante, que não coincide com o tempo real.

Castilho explica que o pretérito mais-que-perfeito, em seu uso real, indica “anterioridade remota em relação a outra ação anterior”. (CASTILHO, 2010, p. 433).

¹⁴ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

¹⁵ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

¹⁶ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

Exemplo: *Quando a ambulância chegou, a vítima do acidente falecera (tinha falecido/ havia falecido)*¹⁷.

O autor menciona, ainda, o futuro do pretérito real, de forma a “indicar posterioridade problemática em relação a um ato de fala anterior/remoto”. (CASTILHO, 2010, p. 434). Deduzimos que Castilho emprega o adjetivo “problemática” junto ao substantivo “posterioridade” para expressar que o futuro projetado no marco temporal passado supostamente não se concretizou. O seguinte exemplo ilustra esse tempo verbal: *A advogada disse que encaminharia a petição no dia seguinte*¹⁸. O discurso da advogada situa-se no marco temporal passado e, dentro desse marco temporal, é projetada uma ação futura: encaminhamento da petição.

Os fundamentos teóricos que apresentamos neste capítulo mostram que a significância promovida pelo uso de tempos verbais – aqui, particularmente, do pretérito – deve ser explorada na língua-discurso, por meio da qual o homem fala de si e do mundo a um outro (*tu*), com vistas a influenciá-lo. As reflexões que esse estudo suscita levam-nos a afirmar que a simples memorização de regras de flexão verbal ou de metalinguagem não fará com que os alunos compreendam os sentidos que as diversas formas verbais produzem na língua em funcionamento.

No próximo capítulo, desenvolvemos uma breve análise enunciativa de uma notícia. Nosso foco são os sentidos que os tempos verbais do pretérito promovem no texto, fazendo emergir a subjetividade e a referência.

¹⁷ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

¹⁸ Exemplo elaborado pela autora do TCC.

4 O USO DOS SUBSISTEMAS DO MARCO TEMPORAL PASSADO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS: UMA BREVE ANÁLISE ENUNCIATIVA

Nesta seção, nosso objeto de estudo é a notícia “Cadê os Yanomami; o que se sabe sobre o caso de Roraima”, veiculada no Jornal *Folha de São Paulo*. Nosso objetivo é analisar os valores semântico-discursivos dos tempos do pretérito (pretérito perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito e futuro do pretérito) nesse texto, bem como a relação intersubjetiva e a coconstrução da referência no processo de produção escrita da notícia pelo locutor (jornalista produtor dos enunciados).

Nosso principal referencial teórico é a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, cujas noções basilares são de extrema importância em nosso estudo: inter(subjetividade), forma e sentido, frase: sintagmatização-semantização e referência. Os dois planos da enunciação – da história e do discurso – também são relevantes para nossa análise.

No que se refere aos sentidos produzidos pelo uso dos tempos verbais, apoiamos-nos nos estudos do gramático Evanildo Bechara (2001) e dos linguistas Ataliba Teixeira de Castilho (2010), Luiz Carlos Travaglia (2003), Maria Helena de Moura Neves (2018). Patrick Charaudeau (2019) nos dá subsídios enunciativos quanto ao gênero notícia.

4.1 Procedimento metodológicos

No artigo *O aparelho formal da enunciação* (1989), Benveniste sublinha que a enunciação é a própria língua em emprego e em ação quando afirma: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. (BENVENISTE, 1989, p. 82). Para tanto, o autor estabelece um trajeto metodológico para essa análise enunciativa, no qual nos apoiamos neste trabalho. Esse percurso metodológico implica: “o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”. (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Este estudo está organizado da seguinte forma, a partir da metodologia definida por Benveniste: (i) partimos do ato de enunciação, no qual estão envolvidos o locutor e o alocutário (*eu-tu*); (ii) examinamos a situação em que se dá esse ato, isto é, o *aqui-agora* (circunstâncias da enunciação), que determinam a referência coconstruída no discurso; (iii) descrevemos os recursos linguísticos ou instrumentos

que tornaram possível esse ato, isto é, os índices específicos e os procedimentos acessórios. Os procedimentos acessórios que focalizamos são os subsistemas do pretérito, por meio dos quais o locutor marca sua intervenção no discurso.

O propósito de uma análise enunciativa nunca é a quantificação de dados para expressar certa regularidade. Nesse sentido, a análise efetuada é de cunho qualitativo, de forma a buscar a característica de todo ato enunciativo: a singularidade, pois toda enunciação é única, e uma análise enunciativa não se preocupa em contemplar todas as ocorrências de determinado fato linguístico.

4.2 O gênero notícia

De acordo com o linguista Patrick Charaudeau, na obra *Discurso das mídias* (2019, p. 131): “Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real”. É a partir desse “ponto de vista particular” construído através de atores sociais que um acontecimento vira uma notícia.

A notícia, segundo Patrick Charaudeau (2019), é um acontecimento nomeado, originário de um ponto de vista particular construído através de atores sociais, pertencente à categoria específica do modo discursivo “relatar”. Para Charaudeau (2019), o acontecimento só passa a existir depois que ele foi nomeado. O autor exemplifica muito bem essa questão: “Mortos são mortos, mas, para que signifiquem ‘genocídio’, ‘purificação étnica’ [...], é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais”. (CHARAUDEAU, 2019, p. 131).

A notícia se encaixa no modo discursivo “relatar”, pois “relatar o acontecimento tem como consequência construí-lo midiaticamente”. (CHARAUDEAU, 2019, p.152). Assim que relatamos um acontecimento, damos origem a uma notícia. Logo, a notícia é compreendida pelo autor como um “acontecimento relatado, que, como tal, compreende fatos e ditos.

O “fato relatado” que compõe o gênero notícia está situado sempre como uma descrição, uma explicação ou uma reação. De acordo com Charaudeau (2019), a descrição implica a construção de uma narrativa por meio da descrição das ações, dos atores sociais e do contexto espaço-temporal no qual a ação se desenrola,

encarregando-se de responder às seguintes perguntas: “O quê?” “Quem?” “Onde?” “Quando?”

O “dito relatado” é a inserção de uma voz alheia no discurso, a qual pode ser trazida direta ou indiretamente. Charaudeau afirma:

Retomando, repetindo, imitando o que os outros disseram, apropriando, reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito através de seu próprio ato de enunciação é que se constrói a identidade do ser falante, o que faz com que falar seja, ao mesmo tempo, dar testemunho de si e do outro, do outro e de si. (CHARAUDEAU, 2019, p.161).

Para o autor, “a palavra do outro está sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante [...]”. (CHARAUDEAU, 2019, p. 161). Quando enunciamos, nosso discurso é sempre polifônico, pois é povoado de outras vozes. Numa notícia, é bastante comum a inserção de um discurso relatado, com vistas a agir sobre o alocutário, levando-o a aceitar “a verdade” do locutor.

O discurso relatado é, nas palavras do autor, “o ato de enunciação pelo qual um locutor relata o que foi dito por um outro locutor, dirigindo-se a um interlocutor que não é o interlocutor de origem”. (CHARAUDEAU, 2019, p. 161). Nesse sentido, faz-se importante salientar que o dito, o locutor e o interlocutor de origem concentram-se em um espaço-tempo diferente do dito relatado, do locutor-relator e do interlocutor final.

Conforme Charaudeau (2019), o discurso relatado, apoiado em um empréstimo do dito do outro, tem o objetivo de fazer emergir algumas provas como: autenticidade do dito de origem, responsabilidade daquele que disse, verdade do que foi dito, posicionamento de autoridade, de poder e de engajamento.

A maneira de relatar pode ser realizada de quatro formas, de acordo com Charaudeau (2019): “citando” o dito de origem, “integrando” parcialmente o dito de origem, “narrativizando” o dito de origem ou ainda, “evocando” (por meio de alusão) o dito de origem. Na notícia a ser analisada, o modo de citação é uma das formas pelas quais o locutor relata os fatos.

Cada um dos modos de citação mencionados por Charaudeau (direta, integrada ou narrativizada) produz efeitos diferentes no texto. A citação direta tem o propósito de conferir uma aparente objetividade; a citação integrada revela maior subjetividade, pois mescla o dito do locutor original com o dito construído pelo

locutor-relator; e a citação narrativizada, por sua vez, descaracteriza totalmente o locutor de origem.

Não somente esses modos de citação agregam sentido ao texto como também as tomadas de posicionamento do locutor-relator. Nas palavras de Charaudeau, “na maior parte do tempo, o locutor-relator opera, de maneira consciente ou não, transformações no dito de origem”. (CHARAUDEAU, 2019, p.172). Tais intervenções do locutor-relator revelam o seu próprio ponto de vista sobre o fato ou ação a ser relatada.

Numa notícia, o locutor-relator pode intervir diretamente nas palavras do enunciado de origem, mudando o léxico ou alterando a modalidade do dito (de afirmação para dúvida, por exemplo). Pode também interferir no significado enunciativo da declaração de origem ou ainda demonstrar distanciamento em relação à veracidade do fato. Tais intervenções, mesmo sem o uso de indicadores de subjetividade, são marcas de sua presença no discurso, inserindo-se como locutor no texto, a fim de atingir o seu objetivo: influenciar o leitor (*tu*).

4.3 Análise enunciativa do texto *Cadê os Yanomami; o que se sabe sobre o caso de Roraima*

1 *Cadê os Yanomami'; o que se sabe sobre o caso de Roraima**

2 Denúncia de estupro e morte de indígena na região do Waikás causou comoção

Phillippe Watanabe

3 Na semana passada, um representante indígena denunciou que uma adolescente
4 yanomami teria sido estuprada por garimpeiros e morta. Além disso, uma segunda criança
5 estaria desaparecida.

6 Nos últimos dias, após relatos de desaparecimento da aldeia de onde as crianças
7 seriam provenientes, cresceu um apelo nas redes sociais: "Cadê os Yanomami".

8 O QUE ACONTECEU?

9 No dia 25 de abril, o líder indígena Júnior Hekurari Yanomami, presidente do
10 Condisi-YY (Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana), publicou um
11 vídeo em que denunciava o estupro e morte de uma adolescente de 12 anos na
12 comunidade Arakaça, na região do Waikás, em Roraima. Uma segunda criança estaria
13 desaparecida, após cair de um barco.

14 Garimpeiros teriam sido os responsáveis pelo estupro e pelo desaparecimento,
15 segundo o líder indígena.

16 Há uma grande e crescente presença de garimpo ilegal na terra indígena
17 yanomami.

18 O presidente Jair Bolsonaro (PL) defende abertamente a legalização do garimpo
19 em terras indígenas. Essas áreas, além da segurança aos indígenas, garantem proteção
20 contra o desmatamento da Amazônia, com baixíssimas taxas de destruição registradas.

21 O QUE FOI FEITO?

22 A denúncia levou a ações da PF (Polícia Federal), do MPF (Ministério Público
23 Federal), da Funai (Fundação Nacional do Índio) e da Sesai (Secretaria Especial de
24 Saúde Indígena).

25 As equipes estiveram na aldeia Arakaça nos dias 27 e 28 de abril.

26 Segundo as autoridades, "após extensas diligências e levantamentos de
27 informações com indígenas da comunidade, não foram encontrados indícios da prática
28 dos crimes de homicídio e estupro ou de óbito por afogamento".

29 Júnior Hekurari Yanomami afirmou recentemente que, durante a investigação no
30 local, as equipes encontraram um acampamento de garimpeiros a poucos metros de onde
31 ficava a aldeia. O acampamento teria sido queimado pelas forças policiais.

32 **COMO ESTAVA A ALDEIA ARAKAÇA?**

33 Segundo nota do Condisi Yanomami, partes da estrutura da aldeia estavam
34 queimadas e os indígenas não estavam no local. Alguns apareceram somente depois de
35 cerca de 40 minutos.

36 "Após insistência, alguns indígenas relataram que não poderiam falar, pois teriam
37 recebido 5 g de ouro dos garimpeiros para manter o silêncio", afirma a nota. "Percebe-se,
38 através dos vídeos, que esses indígenas foram coagidos e instruídos a não relatar
39 qualquer ocorrência que tenha acontecido na região, dificultando a investigação."

40 O documento aponta relatos dos indígenas de que outros crimes já teriam
41 ocorrido na região. Eles citam que, recentemente, um garimpeiro, alegando ser pai de um
42 recém-nascido, teria levado o bebê para Boa Vista, capital de Roraima.

43 Segundo a nota, havia ainda possíveis marcas de uma cremação de corpo no
44 local.

45 A Folha entrou em contato com a Polícia Federal e com a Funai para ter mais
46 detalhes sobre a situação encontrada na aldeia Arakaça. A PF não passou detalhes, só
47 reforçou a nota publicada há alguns dias em que constava que as autoridades não tinham
48 encontrado sinais de crime.

49 Até o momento, a Funai não respondeu os questionamentos enviados.

50 **CADÊ OS YANOMAMI?**

51 A nota do Condisi Yanomami afirma que é costume e tradição, após a morte de
52 um ente, queimar o local onde uma tribo vivia e buscar um novo local para viver.

53 **A SITUAÇÃO DA TERRA INDÍGENA YANOMAMI**

54 Um recente documento produzido pela Hutukara Associação Yanomami e pela
55 Associação Wanasseduume Ye'kwana, com assessoria do Isa (Instituto Socioambiental),
56 aponta garimpeiros envolvidos em casos de abusos sexuais, assédios e oferta de bebida
57 alcoólica a yanomamis.

58 Um caso citado ocorreu nos arredores do rio Apiaú e envolve um garimpeiro que
59 teria ofertado drogas e bebidas a indígenas e que, quando todos estavam embebedados,
60 teria estuprado uma criança.

61 O documento diz que o garimpo ilegal está avançando sobre novas áreas da terra
62 indígena e que, só em 2021, a destruição associada a garimpos cresceu 46% na terra
63 indígena em relação a 2020 e chegou a 3.272 hectares.

*Notícia publicada no Jornal Folha de São Paulo, em 04 de maio de 2022. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/cade-os-yanomami-o-que-se-sabe-sobre-o-caso-de-roraima.shtml>>. Acesso em: 05 maio 2022.

4.3.1 O ato enunciativo

Benveniste postula que, quando o locutor enuncia, ele constrói o aparelho formal da enunciação, a partir do aparelho formal da língua, utilizando-se de índices específicos e de procedimentos acessórios para enunciar a sua posição.

Segundo o autor, “O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz, em primeiro lugar, o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação [...]”. (BENVENISTE, 1989, p. 83). Esse ato é sempre constituído pelo enquadre enunciativo *eu-tu-aqui-agora*, pois, a partir do momento em que o sujeito se diz locutor e recorre à língua para tal, ele se dirige a alguém. Cabe lembrar, ainda, que a *não pessoa (o ele)*, de quem se fala, é sempre apresentado sob a visão do enunciador.

Ressaltamos que, nesta análise, nosso foco são os procedimentos acessórios, mais especificamente, os tempos verbais do pretérito. Por esse motivo, os índices específicos (ou dêiticos), que remetem aos elementos do enquadre enunciativo (*eu-tu-aqui-agora*), serão discutidos de forma breve.

Quanto ao ato enunciativo, observamos no texto *Cadê os Yanomami?; o que se sabe sobre o caso de Roraima*, uma relação intersubjetiva entre o locutor-autor¹⁹ e os colocutores (aqueles que leem a notícia). O ser empírico ou ser do mundo que redige a notícia é o jornalista e repórter do jornal *Folha de São Paulo*, Phillippe Watanabe. Este, ao enunciar-se, assume o papel de ser do discurso (locutor), que se torna sujeito ao tomar a palavra.

Observamos que, nessa notícia, o acontecimento relatado é apresentado por meio de “fatos e ditos”, termos usados por Charaudeau (2019, p. 152). Alguns fatos são expostos diretamente pelo locutor-relator, sem menção a um discurso alheio: linhas 3-7, linhas 16-17, 22-25, 45-46 e 49. Mas predomina, na notícia analisada, o uso do discurso relatado, por meio do qual o locutor-relator (autor da notícia) relata a seus interlocutores o dizer de outro locutor (locutor de origem). Em duas ocorrências, é empregada a citação direta: quando o locutor-relator apresenta um trecho da nota de autoridades (Polícia Federal, Ministério Público Federal, Funai e Sesai - linhas 26-28) e da nota do Condisi Yanomami (linhas 36-39). Assim, mantém as palavras dos locutores originais a distância, velando a sua presença e buscando eximir-se da

¹⁹ Usamos, neste trabalho, as expressões “locutor-autor”, “enunciador-autor”, “locutor-relator”, “locutor” e “enunciador” para nos referirmos àquele que enuncia a notícia.

responsabilidade enunciativa. Ao mesmo tempo, confere autenticidade ao dito de origem, conforme Charaudeau (2019).

Em vários outros trechos da notícia, é empregada a citação indireta, como se verifica nas linhas 29 a 31, 33 a 35 e 40 a 44. Nessas ocorrências, o locutor-relator interfere nas palavras do enunciado de origem, procedendo a mudanças lexicais e de modalidade. Por exemplo, fatos que, no discurso do locutor de origem, talvez tenham sido narrados de forma categórica são apresentados numa asserção relativizada ou suposição, o que assegura um certo distanciamento do locutor-relator da notícia em relação ao julgamento da veracidade do fato. Ao abordarmos o uso do futuro do pretérito, referimo-nos ao grau de engajamento do locutor-autor com “a verdade” dos fatos expostos em sua narrativa midiática.

Chamam nossa atenção marcas da presença do locutor-relator em seu discurso, mesmo sem o uso de índices específicos, quando expõe fatos, emitindo seu juízo de valor (linhas 16-20): a grande e crescente presença de garimpo ilegal na terra indígena yanomami; a defesa explícita da legalização do garimpo em terras indígenas por Bolsonaro; a garantia de segurança dos indígenas em suas terras e a proteção contra o desmatamento nessas terras demarcadas. Nesse trecho do texto, o locutor age sobre o alocutário, buscando levá-lo a aderir à tese de que não deveria ser permitido o garimpo em terras indígenas, pois coloca em risco a segurança dos índios e o meio ambiente (Floresta Amazônica). Além disso, ele avalia negativamente a posição de Bolsonaro, cujo discurso parece negligenciar a segurança dos indígenas e a preservação da Amazônia.

A enunciação é dirigida a um *tu*, que, como ser do mundo, é qualquer leitor interessado nesse tipo de notícia e/ou que seja assinante do jornal em questão (*Folha de São Paulo*). No momento em que ocorre o ato enunciativo da leitura do texto, o leitor torna-se coenunciador, pois participa ativamente do ato enunciativo com seu conhecimento prévio e sua visão de mundo. Mesmo que não ocorra a reversibilidade entre o *eu* e o *tu*, em que o colocutor toma a palavra, a leitura sempre é um ato enunciativo.

4.3.2 A situação em que se realiza o ato enunciativo

Ao analisarmos essa notícia, constatamos que muitos dos fatos relatados estão situados no marco temporal passado, isto é, aconteceram antes do momento

da enunciação. Ao utilizar-se do pretérito perfeito do indicativo (por exemplo, “denunciou” – linha 3, “cresceu” – linha 7, “publicou” – linha 10, “estiveram” – linha 25), o locutor expressa que os fatos relatados foram consumados em um determinado tempo no passado. Cabe ressaltar que, embora as formas linguísticas do pretérito perfeito indiquem uma retrospectiva (anterioridade), é preciso distinguir dois parâmetros temporais: o momento da enunciação, quando o locutor escreve a notícia (tempo linguístico), e os marcos temporais inscritos no texto. Os adjuntos adverbiais “Na semana **passada**” (linha 3), “Nos **últimos** dias” (linha 6) e “Até o momento” (linha 49) situam os fatos como anteriores ao momento da enunciação. Ao empregar as expressões “No dia 25 de abril” (linha 9) e “nos dias 27 e 28 de abril” (linha 25), o locutor instala, na notícia, marcos temporais passados, em relação aos quais situa outros fatos.

Ao falarmos da situação em que ocorre o ato enunciativo, é importante analisarmos como se dá a construção da referência na notícia. Retomando Benveniste, a referência é criada pelo locutor em sua relação com o interlocutor e com o mundo, isto é, integra a enunciação. No texto, o locutor-relator partilha com o interlocutor-leitor a referência de que, embora o estupro e desaparecimento de uma criança Yanomami não tenham sido confirmados por autoridades, o garimpo representa um risco para a segurança dos indígenas e para a Amazônia.

O locutor, ao transmitir ao alocutário (leitor) os fatos apresentados na notícia, compartilha com este a sua versão dos fatos (do mundo) com o intuito de influenciar esse leitor. Logo, a notícia não é imparcial, neutra ou objetiva, pois o locutor sempre se inscreve no discurso por meio de marcas linguísticas. O locutor utiliza-se do futuro do pretérito na linha 5 – “estaria”, a fim de não se comprometer com o valor de verdade dos fatos. Quando faz uso do futuro do pretérito na frase “uma segunda criança *estaria* desaparecida” (linha 5), ele se exime de fazer uma afirmação categórica em relação ao desaparecimento da criança. Luiz Carlos Travaglia (2003) menciona esse uso do futuro do pretérito, ao afirmar que este tempo verbal gera muitas possibilidades significativas, e uma delas é a falta de comprometimento do enunciador com o que diz.

O mesmo ocorre com o verbo “*seriam*”, na linha 7 do texto. Ao utilizar-se do futuro do pretérito, ao invés do pretérito imperfeito (eram), o locutor, mais uma vez, demonstra não querer se comprometer com o teor de verdade do relato de desaparecimento na aldeia: “de onde as crianças *seriam* provenientes” (linha 7).

Consideramos que essa sintagmatização empreendida pelo locutor não produz o sentido de que ele questiona a veracidade dos fatos. Mas, como os acontecimentos foram denunciados, num primeiro momento, por outros locutores de origem (vídeo do líder indígena Júnior Hekurari Yanomami e nota do Condisi Yanomami), o locutor-relator agencia um tempo verbal que relativiza a assertividade de seu enunciado.

4.3.3 Instrumentos linguísticos – o pretérito e seus subsistemas

Nesta seção, propomo-nos a analisar os valores semântico-discursivos de algumas formas verbais do marco temporal pretérito. Nossa finalidade é mostrar como o locutor se inscreve por meio desses tempos verbais e como filtra o mundo (que referência cria), com vistas a influenciar o interlocutor. Para Benveniste (1989), o sentido (semantização) é produzido pela sintagmatização, isto é, na relação entre as palavras, nunca por meio de uma palavra isoladamente. Assim, examinamos os subsistemas do pretérito em sua relação com outros sintagmas no texto.

De acordo com Patrick Charaudeau (2019), o gênero notícia se caracteriza como um “acontecimento relatado”, que tem o propósito de atingir um objetivo por meio de um fato ou de um dito “relatado”. O “dito relatado”, recorrente na notícia que analisamos, é empregado quando o acontecimento é trazido pelo locutor-relator (autor da notícia) a partir de um discurso de outro locutor, ou seja, do locutor de origem. Desse modo, o locutor-autor ou locutor-relator da notícia, conforme nomeia Charaudeau, nunca se instaura como *eu* (1ª pessoa do singular), pois sempre faz uso da não pessoa (*ele*), o que não quer dizer que o enunciado é destituído de subjetividade. É uma aparente objetividade.

Na primeira frase do texto (linha 3), por exemplo, o locutor utiliza-se do pretérito perfeito do indicativo (“denunciou”), a fim de evidenciar um fato que ocorreu anteriormente ao momento da enunciação, expresso, primeiramente, por outro enunciador: “*um representante indígena denunciou*” (linha 3). O denunciante é o representante e líder indígena Júnior Hekurari Yanomami que, segundo Patrick Charaudeau (2019), seria o ator social, juntamente dos demais indígenas da tribo Yanomami. Esses atores sociais estão sendo representados sob o ponto de vista do locutor-relator da notícia.

Na linha 26 do texto, o locutor, apresenta um dito relatado, por meio da citação direta de autoridades: “após extensas diligências e levantamentos de

informações com indígenas da comunidade, não foram encontrados indícios da prática dos crimes de homicídio e estupro ou de óbito por afogamento” (linhas 26-28). Nesse sentido, a perspectiva do que as autoridades apuraram sobre os fatos é diferente do que denuncia o líder indígena Yanomami. Cabe frisar que o pretérito perfeito “foram” (linha 27) é usado na nota das autoridades (Polícia Federal, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio e Secretaria Especial de Saúde Indígena), a qual informa que não há indícios da prática dos crimes de homicídio e estupro ou de óbito por afogamento. Ao apresentar essa nota, o locutor abre espaço para uma segunda versão do mundo: na versão das autoridades, não existindo indícios, talvez os crimes não tenham acontecido na aldeia indígena Yanomami. Mas o locutor-relator mantém esse discurso a distância, não interferindo em seu teor nem transformando seu léxico.

Ao empregar o futuro do pretérito composto “teria sido” (“uma adolescente Yanomami *teria sido* estuprada” – linhas 3-4) em lugar do pretérito mais-que-perfeito (uma adolescente Yanomami *fora/havia sido/tinha sido* estuprada), o locutor se exime da responsabilidade pelo valor de verdade do relato de estupro denunciado por um representante indígena. Se o enunciador tivesse usado o pretérito mais-que-perfeito, ele estaria manifestando maior grau de certeza de que o fato relatado pelo líder Yanomami realmente aconteceu.

Na linha 31, quando o locutor relata, indiretamente, o dito de um primeiro enunciador (locutor de origem), novamente, o líder indígena Yanomami (“O acampamento *teria sido* queimado pelas forças policiais”), ele apresenta esse discurso por meio de suas palavras. Desse modo, o acionamento do futuro do pretérito produz o sentido de que o locutor-relator não se compromete com a versão dos indígenas, o que não quer dizer que nega a veracidade do fato. Em outras palavras, por meio do emprego desse sintagma verbal, o locutor não afirma que o acampamento *fora ou tinha sido* queimado (pretérito mais-que-perfeito), mas opta pelo futuro do pretérito composto (“teria sido”), relativizando, assim, o valor asseverativo de sua enunciação. Essa escolha reflete a intenção do locutor-relator (segundo enunciador) de reproduzir o discurso do líder indígena Yanomami (primeiro enunciador ou locutor original), trazendo-o como verdade possível.

Nas linhas 36-37 da notícia, é apresentada, por meio de discurso direto, a nota do Condisi Yanomami (Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana). É importante destacar que o enunciador da notícia é um segundo

enunciador que reproduz o teor da nota escrita por um primeiro enunciador. De acordo com Patrick Charaudeau (2019), nesse “dito relatado”, o enunciador da notícia é o locutor-relator, que apresenta, em forma de citação direta, o dito do locutor original.

Nessa nota, o locutor de origem (Condisi Yanomami) faz uso do futuro do pretérito em duas ocorrências: “Após insistência, alguns indígenas relataram que não *poderiam* falar, pois *teriam* recebido 5g de ouro dos garimpeiros para manter o silêncio”. O uso do futuro do pretérito na locução verbal “poderiam falar” promove um sentido diferente do uso do futuro do pretérito em “teriam recebido”. O enunciador da nota não diz “*receberam* 5g de ouro dos garimpeiros para manter o silêncio”, mas emprega o futuro do pretérito para não afirmar categoricamente o recebimento de 5g de ouro pelos indígenas em troca de seu silêncio. O que parece justificar a escolha desse procedimento acessório (futuro do pretérito) na nota é o fato de que o recebimento de 5g de ouro é trazido como um acontecimento suposto.

O uso do futuro do pretérito “poderiam”, por sua vez, é um evento ou um estado de coisas que é posterior a outro dentro do marco temporal passado, conforme Maria Helena de Moura Neves (2018). Esse tempo verbal indica uma prospecção (projeção futura) dentro do marco temporal pretérito. Assim, o relato de alguns indígenas, trazido em forma de citação indireta na nota, é o evento que ocorreu em um momento de referência passado e, nesse marco temporal, verifica-se uma posterioridade (“não *poderiam* falar”).

Nas linhas 10-11, é importante observar a correlação existente entre as formas verbais “publicou” (pretérito perfeito) e “denunciava” (pretérito imperfeito). O enunciador da notícia, mediante a correlação desses tempos verbais, produz o sentido de concomitância de dois fatos no marco temporal passado: a publicação de um vídeo pelo líder indígena Júnior Hekurari (fato pontual consumado no passado) e a denúncia de estupro e morte de uma adolescente de 12 anos (aspecto imperfectivo ou durativo, consoante Ataliba de Castilho, 2010).

De acordo com Maria Helena de Moura Neves (2018), o marco temporal passado pode apresentar até três momentos de referência e um deles é o momento simultâneo ou concomitante, representado pela sintagmatização pretérito perfeito ↔ pretérito imperfeito. Dessa forma, analisamos que, na publicação do vídeo do líder indígena Júnior Hekurari Yanomami (linhas 10-11), que ocorreu em um espaço de tempo determinado (a ação de publicar o vídeo iniciou e terminou no dia 25 de abril),

ele “denunciava” o estupro e morte de uma adolescente de 12 anos na comunidade Arakaça (linhas 11-12), fato de maior duração no passado e que é concomitante com a publicação do vídeo do líder indígena, uma vez que a denúncia foi realizada no vídeo, que é um “dito relatado”.

Essa concomitância está presente também nas linhas 30-31 do texto. O locutor-relator apresenta, por meio de citação indireta (portanto, nas palavras do locutor-relator), um dito do líder indígena Júnior Hekurari Yanomami (locutor de origem): “durante a investigação no local, as equipes *encontraram* um acampamento de garimpeiros a poucos metros de onde *ficava* a aldeia”. Na sintagmatização empreendida pelo uso dos tempos verbais, observa-se a concomitância entre as ações expressas pelo pretérito perfeito (“encontraram”) e pretérito imperfeito (“ficava”). Ao empregar a forma verbal “encontraram”, o locutor produz o sentido de que o fato de as equipes terem encontrado um acampamento de garimpeiros teve uma duração pontual ou precisa em determinado momento do passado (durante a investigação no local). Esse fato é simultâneo a um estado de coisas que perdura no passado (localização da aldeia dos índios Yanomami). É interessante observar que, na frase situada na linha 31, o locutor-relator opta pelo uso da forma verbal “teria sido queimado” (futuro do pretérito composto), mediante a qual relativiza, como em outras ocorrências anteriores, a assertividade de sua enunciação, que traz, de forma indireta, o relato do líder indígena. Como leitores da notícia, não temos acesso à afirmação (ao dizer) do líder indígena, mas o recebemos por meio de um segundo locutor, o autor da notícia, que, na sintagmatização que promove, evita relatar, de forma categórica, um fato não provado (o fato de a polícia ter queimado o acampamento dos garimpeiros).

Já nas linhas 59-60 do texto, observamos uma correlação no marco temporal passado entre os tempos verbais pretérito imperfeito e futuro do pretérito composto, por meio do emprego dos verbos “estavam” e “teria ofertado”/“teria estuprado”. Na citação indireta do documento produzido pela Hutukara Associação Yanomami e pela Associação Wanasseduume Ye’Kwana (linhas 54-55), o locutor promove a seguinte semantização: o estado de alcoolização de todos os indígenas é uma situação que se estende no passado e que é concomitante com outros dois fatos supostos: a oferta de drogas e bebidas aos índios por um garimpeiro e o estupro de uma criança (“um garimpeiro *teria ofertado* drogas e bebidas a indígenas e *teria estuprado* uma criança” – linhas 59-60).

Mais uma vez, observamos que o futuro do pretérito composto é usado pelo locutor para não se comprometer com o valor de verdade do dizer de outro enunciador. Se, em seu discurso, ele tivesse optado por utilizar o pretérito perfeito (*ofertou e estuprou*), a oferta de bebida alcoólica e o estupro seriam apresentados de forma mais assertiva. A escolha de determinadas formas verbais do marco temporal passado, dentro do discurso indireto, são marcas de subjetividade, uma vez que revelam a visão de mundo do locutor e influenciam o leitor a partilhar a mesma referência.

Nas linhas 47-48 do texto, o locutor relata, de forma indireta, um fato reforçado em nota pela Polícia Federal: as autoridades não terem encontrado sinais de crime na aldeia Arakaça. Nesse enunciado, o pretérito mais-que-perfeito composto “tinham encontrado” (linhas 47-48) está em correlação com o pretérito imperfeito (“constava”). Segundo o gramático Evanildo Bechara (2001), o pretérito mais-que-perfeito não ocorre independentemente de outro tempo verbal do pretérito (perfeito ou imperfeito), pois denota sempre um fato ou uma ação anterior à ação ou fato expresso por estes tempos verbais. Na notícia, o fato de as autoridades não terem encontrado sinais de crime ocorreu antes de outro fato também situado no marco temporal passado: a nota da PF (Polícia Federal) relativa à “situação encontrada na aldeia Arakaça” – linha 46.

Embora o tempo presente não constitua o foco de nosso trabalho, julgamos importante mencionar que o uso desse tempo verbal no texto expressa um presente (concomitância com o momento da enunciação) ampliado, pois os fatos, ações e estados de coisas denotados iniciaram no passado e persistem no presente. Observamos essa semantização nas seguintes ocorrências: “há” (linha 16), “defende” (linha 18), “apontam” (linha 40), “citam” (linha 41), “afirma” (linha 51), “aponta” (linha 56) e “diz” (linha 61). Ressaltamos que somente o primeiro verbo indica um estado de coisas ou situação (“grande e crescente presença de garimpo ilegal na terra indígena yanomami” – linhas 16-17). As demais formas do presente são verbos de elocução, pois introduzem ditos relatados pelo enunciador da notícia, os quais foram enunciados pela primeira vez no passado, mas não se circunscrevem a esse marco temporal.

A análise da notícia desenvolvida neste trabalho autoriza-nos a afirmar que o gênero notícia nunca é imparcial ou objetivo, pois o locutor sempre se inscreve no discurso, mesmo que não use índices específicos para marcar sua presença. No

texto analisado, focalizamos o tempo verbal pretérito e seus subsistemas como um dos procedimentos acessórios por meio dos quais o locutor-relator se insere em seu discurso, partilhando “seu mundo” com o interlocutor e produzindo sentidos.

Uma das noções benvenistianas que merece ser destacada no final da nossa análise é a sintagmatização, pois as formas verbais isoladas não dizem muito: o sentido é produzido no texto, na interação entre diversas formas linguísticas – é da sintagmatização que advém a semantização.

Além disso, julgamos importante retomar a discussão de Benveniste no que se refere à categoria da temporalidade, ao mencionar os dois planos da enunciação: plano da história e plano do discurso. Quando analisamos a notícia, entendemos que os dois planos da enunciação convivem nesse texto, pois, ao relatar os acontecimentos, o locutor-relator instala, em seu texto, pontos de referência passados, em relação aos quais situa os fatos. A “narrativização dos fatos” (expressão de Charaudeau, 2019, p. 153), em nosso entendimento, situa-se no plano da história. Mas o locutor também comenta os fatos do mundo expostos na notícia, mesmo que não se marque como *eu* no discurso. São os procedimentos acessórios que denunciam a presença do locutor no que é relatado – plano do discurso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, faz-se muito importante deixar claro que as pesquisas referentes ao tema abordado neste Trabalho de Conclusão de Curso não se findam aqui. Consideramos que a análise do uso de tempos verbais numa perspectiva enunciativa tem muito a acrescentar ao ensino, pois não é por meio de regras de flexão verbal e metalinguagem que se produzem sentidos, mas na sintagmatização empreendida na língua em funcionamento.

Além de Benveniste, os estudos de Bechara (2001), Castilho (2010), Moura Neves (2018) e Travaglia (2003) foram subsídios consistentes para a abordagem de tempos verbais, focalizando os sentidos que advêm do uso de formas verbais do pretérito. Castilho e Moura Neves, inclusive, refletem sobre os sentidos dos tempos verbais considerando o tempo linguístico (o tempo em que se fala ou momento da enunciação) como eixo da temporalidade e a intersubjetividade.

Quando definimos uma notícia como objeto de análise, julgamos que a leitura de Charaudeau (2019), cuja perspectiva também é enunciativa – particularmente semiolinguística –, seria interessante para entendermos melhor como se pode realizar o ato enunciativo numa notícia. São importantes as contribuições desse autor no que se refere à compreensão de que a notícia se constrói no instante em que um fato é relatado e que o discurso relatado (inserção de um dito em outro dito) é comum nesse gênero textual. Ainda mais relevante para nosso trabalho foi a afirmação de Charaudeau de que a realidade objetiva é sempre filtrada pelo locutor, a qual está em conformidade com os postulados de Benveniste de que a referência é sempre a do locutor em comunhão com o interlocutor e que não há enunciação divorciada da subjetividade.

Pensamos que os objetivos deste estudo foram alcançados, pois, na análise linguística desenvolvida, buscamos evidenciar a relação entre a forma (sintagmatização) e o sentido (semantização), discutindo os diversos valores semânticos dos tempos verbais do pretérito. Além disso, mostramos, na análise semântica dos tempos verbais do pretérito empregados na notícia, como o locutor-relator se marca no texto e que referência constrói.

No final do percurso trilhado neste trabalho, retomamos nossa questão de pesquisa: O que os subsistemas verbais do marco temporal passado nos dizem

sobre a subjetividade, a relação forma-sentido e a construção da referência numa notícia?

A análise da notícia *Cadê os Yanomami; o que se sabe sobre o caso de Roraima* possibilita reafirmar que o marco temporal passado e seus subsistemas, na sua relação com as demais formas linguísticas (sintagmatização) é um dos procedimentos acessórios empreendidos pelo locutor (*eu*) para produzir sentidos (semantização) e, assim, se inscrever no discurso. Ao marcar sua presença na notícia, o locutor-relator age sobre o interlocutor, buscando levá-lo a comungar sua visão de mundo (referência), no espaço-tempo da enunciação, que é sempre o presente (tempo axial).

Mostramos que o tempo verbal predominante na “narrativização dos fatos” (CHARAUDEAU, 2019, p. 153) é o pretérito perfeito, pois os fatos relatados foram (supostamente) consumados num determinado ponto do marco temporal passado, isto é, antes do momento da enunciação da notícia. O pretérito imperfeito é usado pelo locutor quando apresenta fatos ou estados de coisas que têm um aspecto durativo e ocorrem concomitantemente a outros fatos de duração precisa. Em uma ocorrência do pretérito mais-que-perfeito na notícia, observamos que expressa o sentido de um fato anterior a outro passado. Esses sentidos são previstos por Bechara, Neves, Castilho e Travaglia.

O que mais chamou a atenção em nossa análise enunciativa é que o locutor-relator se vale do futuro do pretérito, na maior parte das ocorrências, não para indicar um fato futuro (ou prospecção) dentro do marco temporal pretérito, mas como um marcador de modalização. Tanto no relato de fatos quanto no discurso relatado, o locutor da notícia não se compromete com o teor de verdade dos ditos e dos fatos (estupro e morte de uma adolescente yanomami, desaparecimento de uma criança indígena, incêndio de acampamento de garimpeiros por policiais, recebimento de 5g de ouro por indígenas para não denunciarem os garimpeiros). Assim, o futuro do pretérito é empregado para relativizar a assertividade no relato de fatos passados.

Na notícia analisada, o locutor-relator utiliza-se dos atores sociais (a tribo Yanomami, as autoridades que investigaram os fatos alegados pelos indígenas) para lançar o seu olhar sobre os acontecimentos. Na maior parte do texto, o locutor-relator se vale do discurso relatado, empregando citações diretas e indiretas, como a publicação do vídeo pelo líder indígena Júnior Hekurari Yanomami, a nota do Condisi Yanomami, a nota das autoridades (PF, MPF, Funai e Sesai) e o documento

produzido pela Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'Kwana. Salientamos que a escolha do locutor-relator em apresentar citações diretas ou indiretas também é uma forma de inscrever-se em seu texto.

Outra consideração importante é a de que o mesmo tempo verbal pode produzir diferentes sentidos (semantização) dependendo do discurso em que está inserido. Como o sentido é promovido pelas relações de uma forma linguística com outras, não se pode analisar o sentido de uma forma verbal isolada de qualquer contexto. Aqui é preciso lembrar que, segundo Benveniste, é na língua-discurso que as palavras significam, sempre na interação com outras.

Olhando para a forma como se manifesta a temporalidade na notícia, concluímos que, no texto analisado, os planos da história e do discurso se imbricam: ora o locutor relata os fatos situados no passado ou os ditos de outros enunciadores, ora apresenta estados de coisas ou situações que descrevem o presente. Mas o locutor sempre se coloca em seu discurso por meio de procedimentos acessórios, mesmo que pareça velar a sua presença.

Esperamos que este estudo possa proporcionar reflexões sobre o ensino de verbos na educação básica, levando professores atuais e futuros a conceber a gramática como relação forma-sentido, não como um conjunto de regras a serem decoradas mecanicamente e formas a serem classificadas. É na língua em funcionamento que devemos abordar os sentidos que advêm do uso de tempos verbais. O professor de língua(s) deve ter presente que, sintagmatizando e semantizando, os falantes se inserem no discurso e, conseqüentemente, no mundo. No uso da língua, sempre intersubjetivo, interagimos com o outro (*tu*), manifestamos nosso ponto de vista e construímos referência.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CASTILHO, Ataliba de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

MELLO, Vera Helena Dentee de. A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56031>. Acesso em: 14 nov. 2021.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.